



IUM Atualidade



*Ascensão de Potências Marítimas.
Volume I - Uma análise estratégica à Índia, China e Rússia.*

Capitão-tenente Sofia Saldanha Junceiro



Número 37

Maio 2022

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Ascensão de Potências Marítimas.

**Volume I - Uma análise estratégica à Índia,
China e Rússia**

Capitão-tenente Sofia Saldanha Junceiro

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

Maio de 2022

A publicação *IUM Atualidade* visa publicar eletronicamente no sítio do IUM, ensaios ou artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa da atualidade, assim como trabalhos sobre temáticas pertinentes e de mais-valia para a *práxis* do Instituto, preferencialmente da autoria de docentes do IUM, investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros, a convite do Diretor ou por iniciativa própria.

Números publicados:

1. Intervenção Militar Francesa no Mali – Operação SERVAL (abril de 2014)
Tenente-coronel de Infantaria Pedro Ribeiro
Major de Infantaria António Costa
Major de Infantaria Hugo Fernandes
2. A Aviação Estratégica Russa (dezembro de 2014)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
3. A Crise na Ucrânia (março de 2015)
Tenente-coronel de Engenharia Leonel Martins (Coord.)
Tenente-coronel Navegador António Eugénio (Coord.)
4. A Dissuasão Nuclear na Europa Central (outubro de 2015)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
5. Afeganistão treze anos depois (fevereiro de 2016)
Tenente-coronel Técnico de Informática Rui Almeida
6. O Aviador do Futuro: evolução expectável e possíveis contributos da Internet das Coisas (IoT) (abril de 2016)
Coronel Piloto Aviador António Moldão
7. (Versão Portuguesa)
Regras e Normas de Autor no CIDIUM: Transversais e Específicas das Várias Linhas Editoriais (julho de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
7. (Versão Inglesa)
CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (novembro de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
8. Capacidades balísticas no território de Kaliningrado (dezembro de 2017)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
9. O processo estratégico do poder financeiro internacional para a defesa do interesse nacional (junho de 2018)
Professora Doutora Teodora de Castro
10. Armas “proibidas”: O caso dos lasers cegantes (julho de 2018)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
11. A “nova” república da Macedónia do Norte: significado geopolítico e geoestratégico (agosto de 2018)
Tenente-coronel (GNR) Marco António Ferreira da Cruz
12. Mobilidade no espaço da CPLP: Desafios securitários (setembro de 2018)
Major de Artilharia Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
13. A crise dos migrantes e refugiados no espaço Europeu. Contributos do instrumento militar (novembro de 2018)
Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia
14. *NATO after the Brussels Summit. An optimistic perspective* (novembro de 2018)
Tenente-coronel de Infantaria Francisco Proença Garcia
15. John McCain: o militar que serviu a América e deixou um exemplo ao mundo (dezembro de 2018)
Major de Artilharia Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço
7. (2.ª edição, revista e atualizada) Regras e Normas de Autor no IUM (janeiro de 2019)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
16. O poder de Portugal nas relações internacionais (março de 2019)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa

17. Impactos da impressão 3D num futuro próximo (junho de 2019)
 Geanne Costa
 Maria Clara de Abreu Rocha e Silva
 Neandro Velloso
 Tenente-coronel Pedro Alexandre Bretes Amador
 Tiago Miguel Felício Dâmaso
7. (3.^a edição, revista e atualizada) Normas de Autor no IUM (fevereiro de 2020)
 Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
 Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
 Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
 Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
18. KILLER: O míssil de cruzeiro russo 9M729 (junho de 2020)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
19. United States Space Force: Necessidade militar ou golpe publicitário? (junho 2020)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
20. A Europeização da Política (julho 2020)
 Dr. José Ribeiro e Castro
21. A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa (janeiro 2021)
 Capitão (GNR) Adriana Martins
22. A ISAF e a NATO 13 Anos de Operações no Afeganistão: Uma Análise por Funções Conjuntas (fevereiro 2021)
 Coronel Tirocinado António José Pardal dos Santos (Coord.)
 Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
23. China Contra China: Atividade Aérea no Estreito da Formosa como Potencial Catalisador de um Conflito Alargado (abril 2021)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
24. A Investigação em Ciências Militares – Projetos desenvolvidos em 2020 (julho 2021)
 Coordenadores: Comodoro Ramalho Marreiros
 Capitão-tenente Lourenço Gorricha
 Professor Thomas Gasche
 Major Luís Félix
25. As Relações UE-África (julho 2021)
 Coordenador: Tenente-coronel Marco Cruz
26. As informações na Defesa e Segurança de Portugal: Uma Análise aos vários Cenários de Conflito (julho 2021)
 Coordenador: Major Pedro da Silva Monteiro
27. O Apoio das Forças Armadas às operações da Proteção Civil e das Forças e Serviços de Segurança (julho 2021)
 Coordenadores: Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Tenente-coronel Figueiredo Moreira
 Tenente-coronel Morais dos Santos
 Tenente-coronel Brito Sousa
28. Resposta do Ensino Superior Militar à Pandemia de Covid-19 (setembro 2021)
 Coordenador: Tenente-coronel Santos Loureiro
29. O Conhecimento em rede e as redes do conhecimento. A “Nova” Forma de Poder dos Estados (outubro 2021)
 Tenente-coronel Brás Bernardino
30. Dissuasão Nuclear na Europa Ocidental: Atualização (novembro 2021)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
31. Exercício “Cyber Phalanx 2021” (janeiro 2022)
 Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Major Lourenço Serrão
32. A (in)dependência energética da Europa. *The Iberian Southern Gas Corridor* (fevereiro 2022)
 Professor Doutor Duarte Lynce Faria (Coord.)
33. As funções conjuntas na Guerra do Golfo: Uma perspetiva passados 30 anos (março 2022)
 Coordenadores: Coronel Tirocinado Pardal dos Santos
 Tenente-coronel Dias da Costa
 Major Marques Teixeira
 Capitão-tenente Vargas Cabrita
34. A “Operação Militar Especial” na Ucrânia: Um Caso de Falência do Poder Aéreo Russo? (março 2022)
 Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
35. Seminário sobre Contratação Pública (abril 2022)
 Coordenadores: Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Filipe Cortes Lopes
 Capitão-tenente Bruno Alexandre Soares Mercier

7. (Versão Inglesa)

(4th edition, revised and updated) CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (may 2022)

Tenente-Coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

36. Armas Hipersónicas: Da Ucrânia ao Indo-Pacífico (maio 2022)

Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira

Como citar esta publicação:

Junceiro, S. S. (Coord.) (2022). *Ascensão de Potências Marítimas. Volume I – Uma análise estratégica à Índia, China e Rússia*. IUM Atualidade, 37. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general António Martins Pereira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Conductor Mecânico de Automóveis Rodolfo Miguel Hortência Pereira
Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.ium.pt/cisdi/publicacoes

ISSN: 2183-2560

© Instituto Universitário Militar, maio, 2022.

Nota do Editor:

O texto/conteúdo da presente publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

Nota introdutória	1
Prefácio	3
<i>Índia's Maritime Strategy</i>	4
O "Rejuvenescimento" da China como um Grande Poder e a Estratégia Marítima	11
A ambição marítima e a projeção de poder da Rússia: o peso da dimensão continental.	21
Posfácio de Coordenador e Autores.	29

Nota introdutória

Esta coleção de dois volumes subentendidos ao tema “Ascensão de Potências Marítimas”, inicia-se com a divulgação do resultado do Painel “Ascensão de Potências Marítimas - Uma Análise Estratégica (Índia, China e Rússia)” (Volume I), realizado no âmbito da Unidade Curricular (UC) de *Estratégia Marítima* do Curso de Promoção a Oficial Superior – Marinha (CPOS-M), no dia 07 de janeiro de 2022 no Instituto Universitário Militar, onde participaram (cfr. anunciado no cartaz do evento apresentado na Figura 1):

- O Sr. Abhijit Singh, pelo seu reconhecido envolvimento no desenvolvimento da estratégia marítima da Índia;

- A Professora Doutora Carla Patrício Fernandes, doutorada em Relações Internacionais e mestre em Estudos Chineses, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, com investigações relacionadas com a China;

- A Professora Doutora Sandra Dias Fernandes, doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pela *Sciences Po* (Paris) e investigadora do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP-UMinho).

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Estratégia Marítima

Ascensão de Potências Marítimas
Uma análise estratégica
China, Índia e Rússia

India
Mr. Abhijit Singh
Responsável pela Iniciativa da Política Marítima

China
Prof. Doutora Carla Fernandes
Investigação: segurança energética e China

Rússia
Prof. Doutora Sandra Dias Fernandes
Prémio Jacques Delors 2005: União Europeia e a Rússia

Apresentação das suas estratégias marítimas por forma a compreender a dinâmica e consequências geoestratégicas

Moderação
Comandante Hélder Fialho de Jesus

Coordenação
Comandante Sofia Saldanha Junceiro
junceiro.svs@ium.pt

Zoom 07 JAN 2022
1400-1700 GMT

No Application Fee

Click here to REGISTER

Figura 1 – Cartaz do Painel

No Volume II desta coleção, serão apresentados os trabalhos de aplicação em grupo desenvolvidos pelos auditores do CPOS M (1.ª edição de 2021/22), ao nível das UC de *Operações e Logística Navale* e *Estratégia Naval*, e que se centraram na análise das Marinhas e estratégias marítimas de países onde o poder marítimo se encontra em ascensão, nomeadamente, os três supracitados (China, Índia e Rússia), acrescidos do Japão.

A coordenadora,
Sofia Saldanha Junceiro
Capitão-tenente

Prefácio

A visão do mundo apoiada nos mapas que os portugueses e espanhóis ajudaram a desenhar, com as viagens marítimas tendo o Atlântico no centro, recuperou agora a visão de um estratega japonês, com cerca de 400 anos, centrando o mundo no Região da Ásia e do Pacífico. Tendo em consideração alguns dos últimos acontecimentos geopolíticos, existe a percepção de que esta região assumiu uma posição de destaque nas relações internacionais. O mundo observa a região com interesse e acompanha a evolução das relações dos atores internacionais da região.

No contexto internacional, pode-se dizer que essa transição foi sentida durante a presidência de Obama, continuou com Trump, e com se intensificou com algumas iniciativas de Biden, em 2021, como são, por exemplo, o acordo de segurança AUKUS, entre EUA, Reino Unido e Austrália para dotar esta última com submarinos nucleares. Ou a aliança QUAD, que consiste num Diálogo de Segurança Quadrilátero entre EUA, Japão, Índia e Austrália. Ou ainda a assinatura de um novo contrato entre EUA e Índia para o desenvolvimento conjunto de drones não tripulados, a serem lançados remotamente por aeronaves.

As iniciativas e estratégias que se encontram em marcha na região, podem fazer parte de um estratagema de cerco coordenado para contrabalançar os planos da China de aumentar e fortalecer sua presença na região do Índico e do Pacífico. Desta forma, dificulta-se a sua capacidade de se afirmar como potência naval e controlar as principais linhas de comunicação da região, com vista a conceder o lema de “um Indo-Pacífico livre e aberto”. Destaca-se também o acordo de defesa assinado entre os líderes do Japão e da Austrália, que permitirá uma melhor cooperação e que se apresenta como mais uma resposta à crescente presença militar da China nesta região. Também digna de nota, é a Doutrina Marítima da Federação Russa, fornecendo uma visão não apenas das atuais atividades marítimas russas em grande escala, mas também das ambições russas para o futuro desenvolvimento marítimo.

Assim, este painel foi elaborado com reputados especialistas, de diversas áreas, com o objetivo de sensibilizar as diferentes perspetivas sobre o tema e promover um amplo debate.

Hélder Fialho de Jesus
Capitão-de-mar e guerra
Coordenador da Área de Ensino Específico da Marinha

*India's Maritime Strategy*¹

Sr. Abhijit Singh
Observer Research Foundation

My starting point could well be a question: What drives India in the maritime domain?

The answer in a generic sense is that it is sovereignty and economic interests, a sense of ownership, security of assets and commercial interests that drives the strategy.

Yet, there is another significant ingredient that defines India's security calculus. India's policymakers and practitioners view the country as a pivotal state in the Indian Ocean, a geopolitical keystone, with a vital role in providing maritime security. Strategically located, with a landmass that juts out into the heart of the Indian Ocean, a significant coastline of over 7500 km, almost 1200 island territories, and an EEZ of over 2.2 million km², India is a defining presence in the Indian Ocean, and It has ambition and influence in its near littorals.

From the realist's point of view there are four facts that bear reiteration. First, the Security of SLOCs that feed and nourish the economy. 90-95 % of trade by volume, 77% of trade by value, 86% of oil requirements flows through the seas. And this is growing by the year, notwithstanding the pandemic that has been a setback of sorts for the Indian economy. The Indian Ocean enjoys a privileged location at the crossroads of global trade, connecting the major engines of the international economy in the Northern Atlantic and Asia-Pacific. This is particularly important in an era in which global shipping has burgeoned. Today, the almost 90,000 vessels in the world's commercial fleet transport 9.84 billion tons per year. This represents an almost four-fold increase in the volume of commercial shipping since 1970. The energy that flows through the Indian Ocean is of particular consequence. Some 36 million barrels per day, equivalent to about 40 per cent of the world's oil supply and 64 per cent of oil trade, travel through the entryways into and out of the Indian Ocean, including the Straits of Malacca and Hormuz and the Bab-el-Mandeb. But the Indian Ocean is more than just a conduit for commerce. The Ocean's vast drainage basin is important in its own, home to some two billion people. This creates opportunities, especially given the high rates of economic growth around the Indian Ocean rim, including in India, Bangladesh, Southeast Asia, and Eastern and Southern Africa. Finally, the Indian Ocean is rich in natural resources. 40% of the world's offshore oil production takes place in the Indian Ocean basin. Fishing in the Indian Ocean now accounts for almost 15% of the world's total and has increased some 13-fold between 1950 and 2010 to 11.5 million tons. Aquaculture in the region has also grown 12-fold since 1980. Mineral resources are equally important, with nodules containing nickel, cobalt, and iron, and massive sulphide deposits of manganese, copper, iron, zinc, silver, and gold present in sizeable quantities on the seabed.

Second, the Security in the ungoverned commons. There are big spaces in the maritime domain that remain outside the realm of governance. Areas where, pirates and armed robbers, terrorists and traffickers thrive because they have the capability, freedom and capacities to perpetrate acts of criminality. India recognizes the absence of law enforcement in these regions and is moved to do its bit to protect these spaces.

¹ Manuscrito recepcionado em 15 de janeiro 2022.

Third, the geopolitical influence. Because of its strategic location in the Indian Ocean Region (IOR), India believes it has a certain political heft and influence in the region, and a certain responsibility to ensure Security and Growth for All (SAGAR), an expression coined by Indian Prime Minister Narendra Modi, and a philosophical mantra for the Indian navy, as also to be a creator of capacity.

Finally, the fuzzy boundary. The seas do not have demarcated borders, they in fact have undefined frontiers. There are areas where a nation's writ seemingly holds sway, frontiers that advance and recede depending on what other regional states and competitors make of a country's ability to project power and influence. Even when countries have a shared stake in the governance of the commons, many consider it a mandated responsibility to secure national interests. And so, there is a jostling for positions - as being witnessed between India and China. But Delhi is sensitive about its own stakes in the Eastern Indian Ocean.

The maritime strategy is more than about Indian interests and influence. In a more expansive sense, India sees itself as a responsible Indo Pacific power, eager to make common cause with likeminded partners. And that adds another dimension to the maritime strategy.

To understand the nuance of maritime strategy, it is important to understand the conceptual arc of thought development in the Indian navy. How India's maritime planners developed their thinking over many decades to reach a point where we are today. The journey has had three distinct phases, the view from a point of desire, from a "point of need" and from a point of awareness.

From 1947 to 1960, India looked at the maritime from a point of desire. After the second World War - also about the time India gained independence - the Indian Ocean was still considered to be a British 'lake'. And for good reason. The UK maintained a considerable naval interest in the region (in particular around littoral states, such as Aden, now Yemen, Malaysia and Singapore). Over 100,000 British troops were stationed in the islands and over 10 per cent of the UK's defense expenditure was earmarked for operations in the Far East. Under these conditions India had little to be concerned about in this theatre: Pakistan had no real naval capability until the 1960s, China had no access in order to reach the Indian Ocean thus the Chinese Navy would have been forced to go through the Straits of Malacca and or Sunda, placing itself in direct confrontation with the UK. Also, the then Prime Minister Jawaharlal Nehru had few plans to develop the navy. Not because he believed the threats were all continental, but because he was a socialist and quite taken with the idea of non-alignment (that would keep India equidistant from both the US and USSR). The group of non-violent nations would be a largely pacifist (nonviolent and peaceful). Developing a strong navy, would be a prejudice to that idea. This was not very different - in substantive terms - from what British officers largely believed (Adm Hall and Perry, who were then in-charge of the Royal Indian Navy - the Indian Navy's (IN) progenitor). They were keen to develop the IN as an auxiliary force that could aid the Royal Navy if need be.

But the desire to develop the IN, came from Indian naval planners. They believed India needed to be a preeminent entity in its near seas. The IN needed light aircraft carriers and submarines. At that point there was little funding/budgets for these aspirations. But they still included those needs in the Plan Papers. At that time there was no real strategy other than the desire to become a force in the near littorals, to command the SLOCs, as well as to protect trade interests.

From 1960s to late 1990s India looked at the maritime strategy from a "point of need". In 1965, India fought a war with Pakistan. The navy did not take part in that war, but it was straining to make a mark. When Pakistan became the first South Asian country to acquire a submarine, India's naval

planners were forced to sit up and take notice. The adversary was muscling up and something needed to be done. Around this time, it became evident that Indonesia considered itself a significant maritime power and, moreover, laid claim to the Nicobar Islands which were under India's control. There was a marked decline in relations between India and Indonesia (ruptured only when the Sukarno Government collapsed in 1965). But even in the 1965 war, Indonesia offered its support to Pakistan. Equally important for India was the British Prime Minister Harold Wilson's decision in late 1967 to withdraw armed forces from all points east of Suez. Wilson wanted to direct more attention and resources to Europe and was equally aware of the growing fragility of the British economy. This effectively created a power vacuum which was filled primarily by the two superpowers. It also meant India could no longer depend on the UK for its defense needs. Around that time, the 1971 war with Pakistan happens, and the Ind-Pakistani rivalry in South Asia comes to dominate all other considerations. But this is also a time when the retreat of the UK, the US and USSR began to maneuver for power (competing for strategic advantage) in the region. India had a defense agreement with the USSR but was politically non-aligned. It did not want its strategic space in the Indian Ocean taken up by the two superpowers. From that point on, IN strategy became centered around the need to counter Pakistan in the Arabian Sea and preserve Indian strategic traction in the IOR. This required more than a coastal, littoral strategy, not because the Pakistani ships and submarines had the skill and support from the US to move into the open seas to threaten Indian interests (despite the loss in the 71 war). That was a phase when Indian policy makers recognized the need for a more conscious maritime strategy, and policy changed significantly.

From the early 2000 to present day India's perspective has been from a point of awareness: the awareness that India needed a collaborative strategy.

The growing presence of China in the Indian Ocean. Even before China sent its anti-piracy contingents into the region, it had begun deploying ships for purposes of protection of trade. At first Indian observers did not make much of it, but that impression changed soon after more and more Chinese oil and gas shipments began to move about in the waters of the IOR. The SLOCs, it was clear, were about to get congested, Chinese interest in the region would make sure that the People's Liberation Army Navy (PLAN) was more deeply entrenched than in the past.

It has been argued by Indian strategists that India's strategic drivers have since 2000s been events, rather than institutional imperatives, for example, the Tsunami in 2004. December 26, 2004 is etched in red letters on the annals of Indian maritime history. On this day, a 100-foot-high tsunami triggered by an earthquake of magnitude 9.1 (one of the largest ever recorded from under the Indian Ocean) killed more than 230,000 people in South Asia. It devastated large coastal areas in many Asian states, including Indonesia, Thailand, and Myanmar. It was also a red-letter day for the IN that had to mobilize on an unprecedented scale. It deployed 32 naval ships, seven aircraft and 20 helicopters in support of five rescue, relief, and reconstruction missions as part of "Operation Madad". 19 ships were deployed on first day of the Tsunami itself. This one event changed India's maritime approach to strategy. It shifted from a lone ranger approach, a standalone force focused on traditional adversaries, to a cooperative, and collaborative strategy.

Similarly, the attack on Mumbai of 26/11, an incident that is etched in blood in the Indian psyche, when 10 terrorists from across the border infiltrated India's main commercial city on its West coast, causing devastation, killing 166 people and injuring scores of others. So devastating was the impact of that event that the Indian security establishment that had been moving incrementally on maritime

security (up until that point) was jolted out of its reverie and forced to take a number of remedial measures.

The third happening that has changed our attitude to strategy is the Somali piracy. Since 2008, Indian warships have been a part of the anti-piracy endeavor. For over a decade this has been the mainstay of our out-of-area engagement (overseas collaboration). But the start point for that endeavor was the seizure of the MT Stolt Valor in Sept 2008 in the Gulf of Aden, when 18 Indian sailors were released after 60 days of intense government pressure. That told the government and the navy how serious the threat was.

The other event that changed the way the navy thought of security was the attack on the PNS Zulfikar, a Pakistani warship in September 2014. For those of us who are familiar with the attack, it was the perfect example of a grey zone/hybrid warfare, where serving and retired members of the Pakistani Navy allegedly helped plan and execute the attack, trying to hijack a Pakistani warship with the intension of mounting attacks on the US navy in the IOR. This again was a rude reminder to the IN that it needed to think more deeply about maritime terrorism, as the lines between Traditional Security (TS) and Non-Traditional Security (NTS) were blurring.

The emergence of NTS echoes with regional states, wary of big power contestation in the IOR, like overfishing and marine conservation, as also climate change, sea level rise and migration. Here the problem is regulation. In some areas the laws are lax, in other nations simply do not agree with the extent of the problem or the remedial measures to be taken. More worryingly, law enforcement agencies tend to give a free pass to certain kinds of activity.

India's official maritime strategy

The first document (Freedom of the Seas) was released in 2007, and the second (Ensuring Secure Seas) in 2015. The reasons why the first strategy document needed to be amended were the changes in India's strategic environment (world view shift from the Euro-Atlantic to Indo Pacific), the changes in the security-cum threat calculus with coastal security emerging as a big source of concern and a complex and unpredictable security milieu in which many NT threats had been presenting themselves with unerring regularity.

In another perspective, India's growing regional status and aspiration, the 'Act East' and 'Look West policy', Security Provider Status, Piracy and need for cooperative security and 26/11 attacks, triggered the 2015 strategy.

This new maritime strategy, re-prioritized and re-formulated the core of the IN missions:

- Moving **deterrence** to first priority and warfighting to second.
- Articulating a **stand-alone strategy for combined coastal and offshore security**.
- Introducing maritime force and capability development as a strategy.
- Integrating diplomatic, constabulary, and beginning IN roles and activities, which include cooperative activities, into core strategies for deterrence, conflict, shaping a positive maritime environment, and coastal and offshore security.
- IN's concept and role as a "net security provider".
- Highlighting IN's interest in cooperative relationships and institutions across the Indo-Pacific.
- Expanding and re-prioritizing the primary and secondary areas of IN's geographic interests.

- Integrated ops.
- Blurring line between traditional and irregular threats.
- Proactive not provocative.
- Shaping a favourable environment.
- Force capability development.

China's creeping advance

China does not have any stated Indian Ocean strategy. But clearly unlike in the South China Sea (SCS), where the Chinese plan is “full-spectrum dominance” (as is the case with most other areas the Chinese consider to be core interests), the strategy for the IOR is more “stakeholdership by stealth”. Beijing apparently wants influence in the IO, partly because of the Belt and Road initiative, but also because it would like to shape Asia and Africa geopolitics in ways that help advance what it calls “rights and interests”. Yet China does not talk about “rights and interests” in the IO in the same way as it does for the SCS.

This is a different version of the salami slicing that we know is China's stock in trade in the SCS. This is not the progressive nibbling of territory one sees in the Southeast Asian littorals, but an incremental creep forward in terms of influence, presence operations, and acquisition of port assets along the vital SLOCs. And there are indeed Indian apprehensions that some of these could well be dual use ports.

Two other dimensions to Chinese operations are important. One is the arm deals, with the sale of submarines to Pakistan, Bangladesh, Thailand; the offering of a corvette to Sierra Leone (SL), possibility of a Kra Canal in Thailand, and a possible military base in Cambodia, shows that China has ambitions in the region, and this raises anxiety in Delhi. The other is the nonmilitary presence, using research and survey ships, intelligence vessels, mining vessels or ‘fishing fleet’, some of it to study the operational environment, and at other times just to get India used to the idea of living with greater Chinese presence in the neighborhood. Normalized presence, as a par for the course reality.

What is notable is that in the Bay of Bengal region, China has entrenched itself as a major donor state, infrastructure builder and services provider. It's creating an organic need for its military and security presence with a comprehensive plan that combines military, economic, diplomatic, and political elements. It isn't a military threat in the classical sense, but a way of developing leverage in the region.

The implications for India of China's strategy in the IOR are significant. In the wake of the clash at Galwan in Ladakh in June 2020, there was speculation in Delhi that China could open another front at sea. Many Indian strategic thinkers say New Delhi must prepare for conflict with China in the Bay of Bengal. Unlike land, where China has the advantage (terrain, troop strength, infra), India, Indian analysts reckon, is better placed at sea. Indeed, the IN has substantial presence in the E-IOR, India possesses the Andaman Islands that overlook the critical 10-degree channel through which the vast majority of E-W traffic flows, and Indian analysts surmise that IN is well placed to interdict Chinese trade, and also perhaps target Chinese warships out of the Malacca straits.

Yet an aggressive approach is bound to have implications. In the days following the events in Ladakh, the Navy assumed a forward leaning posture in the Andaman Sea: warships were deployment along choke points, maritime patrol aircraft did multiple sorties keeping an eye on critical spaces; sense that the operational tempo had built up. But it dawned on the naval leadership such an approach that

could not hold up in the long term. First, it a tremendous drain on resources, because it involves physical patrolling at a time when the Chinese made no aggressive moves at sea. Second, if the situation were to escalate with China, and the IN had to interdict Chinese shipping, as many have been clamoring for it, it would have substantial international repercussions. Already SE Asia and South Asia are wary of the military built up in the Andamans.

This does not justify a lowering of guard against the PLAN. For a tactical perspective the following facts stand out: presence of PLAN submarines in the IOR (South Asian seas). Also, they tend to dock in Chinese owned facilities. For instance, the PLAN submarine docked not at Sri Lanka Port Authority (SLPA) berths, but the Colombo South Container Terminal (CSCT), run by a Chinese company.

China is acquiring strategic real estate in South Asia. Hambantota port is on a 99-year lease to China Merchant Port Holdings, a Chinese state-owned company. Another Chinese company overseas the running of Gwadar port in Pakistan. In Myanmar, too, the Junta has expedited the China funded Kyaukphyu Special Economic Zone (KPSEZ) and deep-sea port project. Many in Delhi see that as a challenge for India built Sittwe Port given geographical proximity.

China is trying to acquire military bases in the IOR. China's base in Djibouti is already being expanded. There is speculation about the iHavan Integrated Development Project in Maldives; Gadhoo island in Lamoo atoll might host a Chinese base. Also, that dual use facilities are being set-up in Cambodia, Bangladesh, UAE, Kenya, and Tanzania.

India's essential strategy however still revolves around outreach.

- Small island states in IOR.
- Southeast Asia - "Look East" policy.
- Middle east, Gulf navies.
- Quad' countries (Malabar exercises).
- Africa: Kenya, Madagascar, Mozambique and IBSAMAR exercises
- Europe – Germany, UK, France, EU

The focal point of India's maritime strategy is the "neighborhood-first" policy and Security and Growth for All (SAGAR), a doctrine of sorts first unveiled in Mauritius in 2015. The message from Delhi is that India's security policies aren't only for the defense of Indian interests. These are equally aimed at the safety, security, stability of the entire IOR. The Indian navy is obliged to safeguard not just India's borders /seas and islands, but also the interests of regional partners.

Thematically speaking the focus is on two issues: (a) being a 'security provider' and first-responder, terms that are liberally and frequently used in India's strategic discourse. Naval planners have tended to distinguish between a hard warfighting role (national security interests and fighting traditional adversaries) and a soft security role (delivering a service or public good); (b) A focus on benign security. Besides being an instrument of warfighting, the IN also sees itself as a tool of soft security, focused on expanding Indian leverage in the Indian Ocean. Much attention has been given to the HADR/MDA /NCO/ Capacity building / infrastructure creation and blue economy.

Of course, there are dilemmas. What to make of the big power contestation between US and China, and of the entry of European states in the Indo Pacific region ?; How has economics emerged as a major factor in 'security'? The Belt Road Initiative requires not so a military strategy to counter, but a composite plan with elements of economics, connectivity, and technology; If India were to move to a strength military presence at the Andaman and Nicobar Islands, it would need to account for the

ramifications of a militarized littoral; There is no normative framework for marine governance. Each country looks at marine governance in different ways. There are different laws to deal with crime in the neighborhood; There is no clarity on the contours of a post pandemic order. Among other things how much burden sharing will be there between nations to keep the waters secure.

O “Rejuvenescimento” da China como um Grande Poder e a Estratégia Marítima²

Professora Doutora Carla Fernandes
IPRI-NOVA

“The Chinese Dream of achieving the great rejuvenation of the Chinese nation. The Chinese Dream is to make the country strong. China’s armed forces take their dream of making the military strong as part of the Chinese Dream. Without a strong military, a country can be neither safe nor strong”
State Council Information Office of the People’s Republic of China (2015). *II. Missions and Strategic Tasks of China’s Armed Forces. China’s Military Strategy.*

1. Introdução

Para uma civilização milenar como a China que, ao longo da sua história foi quase sempre um poder eminentemente continental, a sua transformação numa grande potência marítima é algo extraordinário. Mais extraordinário é verificar-se que, apesar de ser um objetivo relativamente recente, já evidencia resultados, embora simbólicos, com a Marinha do Exército de Libertação Popular da China (MELP) a superar em número de embarcações a atual grande potência marítima, os EUA, em 2020:

The PLAN is the largest navy in the world with a battle force of approximately 355 platforms, including major surface combatants, submarines, aircraft carriers, ocean-going amphibious ships, mine warfare ships, and fleet auxiliaries. This figure does not include 85 patrol combatants and craft that carry anti-ship cruise missiles (ASCMs). The PLAN’s overall battle force is expected to grow to 420 ships by 2025 and 460 ships by 2030. Much of this growth will be in major surface combatants. (US Department of Defense, 2022)

Historicamente, a marinha chinesa não tem sido uma força forte e contemporânea. Estabelecida em abril de 1949, tinha nesse período como missão proteger o território nacional de invasões, proteger as reivindicações territoriais com opções militares e apoiar o desenvolvimento pacífico do Estado. Na última década, no entanto, tem vindo a aumentar a sua missão e as suas capacidades navais, sendo a entrada ao serviço na marinha do porta-aviões Liaoning (*Liáoníng Jià*) em setembro de 2012 e o do Shandong (*Shāndōng Jiàn*) em 2017, alguns dos exemplos mais proeminentes. Acompanhando esse progresso é também notório que, nos últimos anos, Pequim se exhibe de uma forma mais proactiva, e até assertiva, em várias questões do domínio marítimo, especialmente sob a liderança de Xi Jinping, o atual presidente da República Popular da China (RPC). No espaço regional, recuperando e/ou construindo ilhas artificiais, no Mar da China Meridional, em zonas de atóis, recifes e bancos de areia, gerando mais tensões com os países vizinhos. Ou realizando exercícios navais com mais frequência no Estreito de Taiwan e no Mar da China Meridional, cruzando-se muitas vezes com as forças navais dos Estados Unidos da América (EUA), que regularmente realizam operações em defesa da “liberdade de navegação”.

Em abril de 2018, marcando os 124 anos após o colapso da marinha chinesa na primeira guerra sino-japonesa (guerra de Jiawu), Pequim realizou o maior exercício naval da sua história naval, no Mar

² Manuscrito rececionado em 31 de abril de 2022.

da China Meridional. Com uma grande demonstração de força, participaram as três frotas, envolvendo 48 navios de superfície, 76 aeronaves e aproximadamente 100.000 soldados, e pela primeira vez, o porta-aviões Liaoning (Zhuang Pinghui, 2018). Este desfile militar sinalizou a determinação da China em se estabelecer como um poder marítimo regional, indicando aos países do litoral e aos EUA que a China está a desenvolver esforços de modernização para se transformar numa marinha de “força de classe mundial”.

Fora desse espaço marítimo regional, a MELP tem vindo a executar as “Novas Missões Históricas” proclamadas por Hu Jintao, apoiando a manutenção da estabilidade regional e internacional e salvaguardando as rotas marítimas vitais para si e para o mundo. No Oceano Índico, por exemplo, participa, desde dezembro de 2008, em missões de escolta no Golfo de Áden e nas águas da Somália, tendo em 2022, enviado a sua 40.^a força em apoio à segurança marítima internacional, nessa região (Xinhua, 2022).

Em 2017, Pequim inaugurou a sua primeira base de apoio *offshore* na costa Africana, no Djibuti, uma entrada estratégica do corredor do Mar Vermelho. Aprovada pelo presidente chinês Xi Jinping em 2013, esta base representa, por um lado, o aumento da influência global da China e, por outro, o desejo de proteger melhor os seus interesses de segurança longe das suas costas, ao longo das linhas de comunicação marítimas (SLOCs), principalmente em África e no Oceano Índico³.

Perante este quadro da modernização da MELP e da sua participação cada vez mais ativa e assertiva no espaço marítimo regional e internacional, propomo-nos analisar a evolução da estratégia naval chinesa. Para isso, iremos primeiramente, perceber e interligar o desejo de ser uma potência marítima forte com a evolução da liderança chinesa. Posteriormente, abordaremos a evolução da estratégia naval (*haijun zhanlue*) chinesa desde 1949 até à atualidade, apontando as principais características que definem cada uma das três fases. A primeira vai desde a implementação da RPC em 1949 até 1980 e é denominada de estratégia de “defesa perto da costa” (*Jin'an Fangyu*); a segunda, depois dos anos 80, em que a estratégia naval passa a ser designada de “defesa ativa dos mares próximos” (*hai jiji Fangyu*); a terceira e última, a partir de meados dos anos 2000, que consiste nas “operações em alto-mar” (*yuanhai zuozhan*).

2. O Poder Marítimo e a Liderança Chinesa

Pese embora não tenha sido ainda publicado nenhuma estratégia marítima ou um *White Paper* que defina o que é para a China ser um poder marítimo e como é que ela pode usar esse poder para defender os seus interesses marítimos, é notório o aumento de interesse em relação ao domínio marítimo, desde o 10.º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), em Pequim, em dezembro de 2006. Neste, Hu Jintao, perante representantes da marinha chinesa, defendeu a necessidade de modernização da marinha de forma a defender os interesses do Estado e salvaguardar a soberania e segurança nacional e os direitos marítimos (Xinhua, 2006). Uns anos depois, em novembro de 2012, num momento decisivo na história marítima da China, Hu Jintao, no relatório de trabalhos ao 18.º Congresso Nacional do PCC, defendeu a necessidade de “melhorar a capacidade de explorar os recursos marinhos, desenvolver a economia marinha, proteger o

³ Para aprofundamento do tema ver o relatório de Peter A. Dutton, Isaac B. Kardon, and Conor M. Kennedy (2020). “Djibouti: China’s First Overseas Strategic Strongpoint”. *China Maritime Report* 6. Newport, RI: *Naval War College China Maritime Studies Institute*.

ambiente ecológico marinho, salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China e transformar a China em uma potência marítima (*haiyang qiangguo*)” (Xinhua, 2012). No ano seguinte, Xi Jinping, afirmou que tornar a China numa forte potência marítima fazia parte do sonho chinês (*Zhongguo Meng*) de “rejuvenescimento da nação chinesa” (Xinhua, 2013)

Com efeito, o objetivo dos líderes chineses de tornar a China um “grande poder marítimo” evidencia, primeiramente, uma evolução na forma como aspiram a China como uma grande potência. Já não é apenas um poder continental ou costeiro, como no período de Mao Zedong e Ziang Zeming, mas passa a ser um poder continental e marítimo com Hu Jintao e Ji Xiping. Por outro lado, ressalta também a importância que os mares têm para a China e para o seu desenvolvimento económico e integração no sistema global, nas últimas décadas.

A China é a segunda maior economia do mundo, é também um dos principais países exportadores e importadores mundiais. Muitos dos desafios ao seu “ressurgimento como um grande poder” vem da sua grande dependência externa de importações, nomeadamente de energia. A estratégia *Going Out* lançada em 2002 e mais recentemente, a Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (OBOR), lançada em 2013, impulsionaram a presença das empresas e dos seus cidadãos no exterior. Aumentando, também, as preocupações com a sua segurança, enquanto a China permanecer incapaz de defender os seus interesses e continuar dependente da segurança de outros poderes, nomeadamente a Marinha dos EUA.

Desta forma, a necessidade de ter uma presença marítima mais forte, tanto regional, como internacionalmente patenteia, igualmente, que o poder marítimo poderá apoiar os “interesses nacionais” (*core interests*), particularmente, os interesses marítimos (*baohu haiyang quanyi*) que integram: a preocupação pela independência *de jure* de Taiwan, a defesa da costa oriental chinesa e a preservação da soberania sobre as ilhas do mar sul e oriental da China, bem como a necessidade de assegurar a defesa do livre comércio, dos investimentos, a segurança dos seus cidadãos no exterior e a circulação de matérias-primas como a energia. De facto, a defesa dos interesses marítimos está plasmada no programa de modernização da MELP, por três fatores. O primeiro é a possibilidade de um potencial conflito dentro do Estreito de Taiwan; o segundo relacionado com a presença naval dos EUA, tanto no espaço marítimo regional, como fora deste, com a perceção de uma ameaça crescente dessa presença para Pequim. O terceiro interliga a necessidade de defender as suas SLOCs, particularmente aquelas que passam pelo Mar da China Meridional e pelo Oceano Índico, das quais a sua economia é extremamente dependente, particularmente para a sua segurança comercial e energética.

A grande estratégia de Xi Jinping do “rejuvenescimento da nação chinesa” como um grande poder (*zhonghua minzu de weida fuxing*), incorpora a retórica histórica do “século de humilhação” que levou ao declínio imperial da dinastia Qing, que vai desde primeira Guerra do Ópio (1839-1842) até a fundação da RPC em 1949. Neste, a China foi “humilhada e prostrada” perante forças externas, perdendo em várias batalhas e em tratados desiguais, parte do seu território. Nesse sentido, este rejuvenescimento da nação chinesa no plano marítimo, implica a reincorporação de Taiwan, juntamente com outras reivindicações insulares e marítimas não resolvidas no Mar da China. Além da dimensão histórica, estas reivindicações têm uma dimensão geoestratégica importante para a Pequim, por serem pontos de passagem para as vitais rotas marítimas de comunicação, comercial e energéticas. Na parte este do Mar da China, a principal disputa é pelas ilhas Diaoyu/Senkaku entre a China, o Japão e Taiwan. No mar da China meridional a área reivindicada pela China é disputada com outros países

da região e do sudeste asiático, como Taiwan, Filipinas, Malásia, Brunei, Vietname e Indonésia. É uma área que inclui as ilhas Paracel (*Xisha Qundao* para a China); as ilhas Spratly (*Nansha Qundao*), o recife de Scarborough (*Huangyan Dao*) e ainda as Ilhas Pratas, atualmente sob administração de Taiwan (Figura 1).

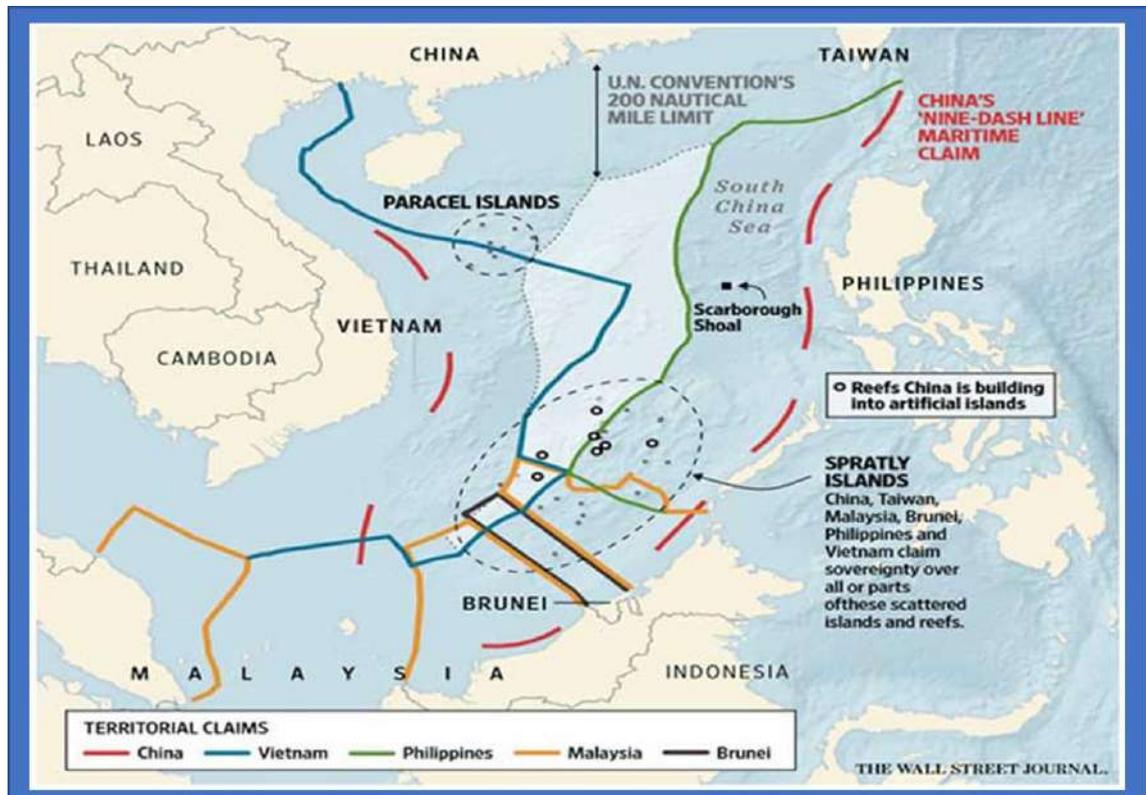


Figura 1 - Disputas territoriais no mar do sul da China

Fonte: <http://iilss.net/maritime-boundary-disputes-in-the-south-china-sea-international-legal-issues/>

Antes de analisarmos a evolução da estratégia naval chinesa, importa referir que esta evolução não pode ser entendida ou explicada apenas por um fator, mas sim por uma combinação de vários que se vão ampliando à medida que a própria estratégia se desenvolve. Entre esses fatores, destaca-se o papel da liderança naval e as suas experiências pessoais, a mudança na perceção do ambiente de segurança externa e a evolução dos objetivos estratégicos e dos “interesses nacionais” da liderança chinesa. Nomeadamente, com a defesa dos interesses de soberania e territoriais do período de Mao Zedong, aos direitos e interesses marítimos a partir de Deng Xiaoping a Ziang Zeming, à expansão global dos interesses marítimos com Hu Jintao e Xi Jinping, que incluem: a exploração económica dos oceanos (economia azul), a segurança dos seus cidadãos no exterior e a preocupações com a circulação de matérias-primas como por exemplo a energia.

Esta evolução é acompanhada pela mudança das capacidades navais da MELP: de capacidades limitadas de defesa costeira, para capacidades para operar com mais eficácia nos mares próximos da China, no final dos anos 2000. E a partir desse período desenvolvendo capacidades em “operações de alto mar” fora do espaço regional.

3. Evolução da Estratégia Naval (*haijun zhanlue*) Chinesa

3.1 Estratégia de “Defesa Perto da Costa” (*jin'an Fangyu*) - 1950s a meados de 1980s

Esta estratégia naval compreende a defesa do espaço físico pertencente ao mar territorial (área até às 12 milhas náuticas) e à área terrestre, o território até cerca de 300 km do litoral (Cf. figura 2). Pela dificuldade de ter um controlo efetivo sobre a vastíssima costa chinesa, com mais de 18 mil km, em termos de objetivos, esta estratégia centrava-se na defesa dos estreitos e nos cursos de água de importância estratégica ou aqueles que, eventualmente, poderiam ser explorados pelo inimigo para invadir o território chinês por mar ou conquistar alvos terrestres estrategicamente importantes (Fernandes, 2013, p. 135). E incluiu a defesa de três estreitos: a norte do território o Estreito de Bohai, a porta de entrada marítima para as cidades chinesas de Pequim e Tianjin; na costa leste, o Estreito de Taiwan cuja defesa prendia-se com a questão de reunificação com Taiwan com o restante território chinês, a segurança da costa leste chinesa e das linhas de comunicação à volta da ilha; e, por fim, o Estreito de Qiangzhou (também chamado de Estreito de Hainan), central para a segurança da ilha Hainan e da costa sul da China. A instalação das três esquadras da MEPL, ou seja, a esquadra do Mar do Norte, a esquadra do Mar Oriental e a esquadra do Mar do Sul, correlaciona-se bem com a defesa destes três estreitos e dos mares adjacentes (Nan Li, 2011) (Figura 2).



Figura 2 - “Defesa Perto da Costa” (*jin'an Fangyu*)

Fonte: Fernandes (2022).

Mao Zedong (1949-1976), primeiro líder das gerações chinesas, assumiu o poder com o grande desafio de recuperar o país após o “século de humilhação”, concentrando a sua atenção no desenvolvimento do território. A RPC não estava integrada, nem procurava estar no mercado mundial. A sua política era focada na autossuficiência, minimizando o papel do comércio no desenvolvimento económico. Por outro lado, a influência de Mao Zedong no exterior era mais ideológica do que económica. Concentrando-se no apoio aos movimentos revolucionários de ideologia comunista da Coreia, do Vietname e no Sueste Asiático, contra os EUA. Desta forma, ao contrário do que ocorrerá no período dos líderes chineses posteriores, a ação da marinha chinesa centrava-se na defesa da costa chinesa, não procurando a decisão para além das águas costeiras. As poucas incursões que

De acordo com Bernard Cole (2002) atribui-se geralmente a este general, direta ou indiretamente, a estratégia da marinha chinesa, notavelmente, por ter ligado a expansão das operações da Marinha, da defesa costeira, à defesa ativa no mar (*offshore active defense*). Este último conceito foi expresso pela ampliação do processo de desenvolvimento da marinha em três fases, de acordo com duas áreas estratégias marítimas de defesa: a primeira e segunda cadeia de linhas. A terceira fase incluía a construção de uma força global, construída em volta de um porta-aviões ou implementada em torno de submarinos de mísseis balísticos capazes de lançar mísseis intercontinentais e mísseis cruzado de longo alcance.

Como um conceito estratégico, a “defesa ativa nos mares próximos” fornece uma estrutura não só para perseguir a reunificação com Taiwan, mas também para abordar a defesa de China das reivindicações territoriais no mar amarelo, leste da China, nos mares do Sul da China e na sua zona económica exclusiva (ZEE) e para a luta contra a presença de forças navais adversas. Comparada com primeira estratégia, para além da questão de segurança referida com Taiwan, tem um espectro de defesa mais alargado, ao incluir: *i*) a reintegração dos territórios marítimos disputados, nomeadamente as ilhas Senkaku-Diayu Tai, *ii*) a proteção dos recursos marítimos da China na zona económica exclusiva chinesa, como as reservas de hidrocarbonetos no mar de leste da China; *iii*) a proteção em caso de guerra das maiores linhas e comunicação marítima e a defesa e detenção de qualquer agressão vindo pelo mar (Fernandes, 2013).

É essencialmente um conceito para o desenvolvimento de uma marinha regional que é principalmente, mas não exclusivamente, focada na defesa territorial. Dependendo da fonte, militares chineses ou civis, os escritores têm definido de várias maneiras a área das operações de defesa “mares próximos” como no interior ou apenas além do que os chineses chamam a primeira cadeia de ilhas, ou menos frequentemente entre a primeira e segunda cadeia de ilhas (Fernandes, 2013).

Uma série de eventos desde a década de 1990 levam ao reconhecimento progressivo da importância do domínio marítimo pelos líderes chineses a partir de Jiang Zemin (1993-2003). Em 1992, no seu relatório para o 14.º Congresso do Partido, fez a primeira referência à necessidade de proteger os direitos e interesses marítimos, observando três anos depois, que a China era, simultaneamente, uma potência continental e marítima (Beijing Review, 2011). Paralelamente, a crescente consciencialização da importância das questões marítimas é acompanhada pelo aumento da vulnerabilidade chinesa no domínio marítimo, a partir de 1993. Ano que é assinalado por dois acontecimentos que explicam essa vulnerabilidade. O primeiro, em termos energéticos, depois de anos de autossuficiência energética, a RPC passou a ser um importador de petróleo. O segundo, a retenção pelas forças navais dos EUA do navio porta-contentores chinês Yinhe, por suspeitas de conter material radioativo para o Irão. Este incidente, junto com outros posteriores, levantou os receios da capacidade chinesa de defender o seu transporte marítimo e as suas linhas de comunicação marítimas.

Se a integridade territorial sempre foi a principal prioridade dos líderes chineses, a crise dos mísseis do Estreito de Taiwan, na década de 1990, veio priorizar a necessidade de aumento das capacidades navais chinesas para defesa dos mares próximos e distantes. Não sendo, portanto, de admirar, que em dezembro de 2001, no ano em que a China entrou para a Organização Mundial do Comércio, Jiang Zemin, tenha afirmado que, embora continuasse a implementar a estratégia de defesa ativa dos mares próximos, a marinha chinesa deveria “a longo prazo prestar atenção ao aprimoramento das capacidades de defesa e operações em mares distantes” (*yuanhai fangwei zuozhan nengli*).

As principais missões atribuídas por Jiang Zemin eram a defesa da soberania nacional, a integridade territorial (terra, ar e águas) e a dissuasão para que Taiwan não declarasse a independência formal. Defendia abordagens deleitáveis para a marinha chinesa com base no “novo conceito de segurança” (*xin anquan guandian*), endossado em 1997⁴. Perante esta perspectiva, assinou acordos para a resolução de algumas disputas existentes com países vizinhos, nomeadamente a Declaração do Código de Conduta do Sul do Mar da China, em 2002, e o Tratado de Amizade e de Cooperação com os Estados-Membros da ASEAN, em 2003.

4. Operações nos “Mares distantes” (*yuanhai zuozhan*) - meados de 2000 à atualidade

A terceira estratégia de conceção naval engloba uma vasta área que se estende desde o noroeste do Pacífico ao Oceano Índico. De acordo com Nan Li (2011, p. 129), podem ser entendidas na definição de “mares distantes” todas as áreas marítimas fora dos mares próximos, ou seja, os mares médios e *longínquos* (*zhongyuanhai*), as áreas marítimas adjacentes às bordas interiores e exteriores da segunda cadeia de ilhas e os espaços marítimos para além dessa cadeia. Defende que, para abranger esta vasta área de forma eficaz, devem ser desenvolvidas capacidades substanciais para projetar poder até e para além de 1000 milhas náuticas (Figura 3). Nesta estratégia naval, as capacidades de operação da marinha estendem-se da primeira para a segunda cadeia de ilhas, a partir do norte do Japão para o Norte das Ilhas Marianas, Guam, as Carolinas e até Pacífico. Esta estratégia tem um objetivo de defesa mais ambicioso do que as anteriores, pois contém uma área que abrange as linhas de comunicação do mar da China Oriental e do Leste Asiático (Cole, 2002).

Em 2002, Hu Jintao (presidente entre 2003-2013), como novo líder enfatizou a necessidade de marinha “fazer a transição gradual para a defesa em mares distantes, aprimorando as capacidades de operações de manobras em mares distantes” (*yuanhai jidong zuozhan nengli*) (Nan Li, 2011). Dois anos depois, a 24 de Dezembro de 2004, apresentou um tipo de missões externas, mais amplas e novas, para servir como uma “*importante fonte de força*” para o partido comunista chinês “*consolidar a sua posição dominante*”; “*fornecer uma garantia de segurança sólida para sustentar o importante período de oportunidade estratégica para o desenvolvimento nacional*”; “*fornecer um forte apoio estratégico para a salvaguarda dos interesses nacionais*”; “*desempenhar um papel importante na manutenção da paz mundial e promover o desenvolvimento comum*” (Liberation Army Daily, 2004). Esta última missão, de acordo com Erickson & Goldstein (2009, p. 49), inclui a defesa do território nacional, marítimo e aéreo, mas também a salvaguarda do espaço eletromagnético, oceanos e outros aspetos da segurança nacional.

Dando o primeiro passo para proteger as SLOCs longe da sua tradicional esfera de influência, em dezembro de 2008, Pequim enviou o primeiro grupo de navios chineses para se juntar à frota internacional na luta contra a pirataria no Golfo de Áden. Simultaneamente, ao cooperar nas operações para conter a pirataria, a China ganhou uma oportunidade para enviar as suas forças navais para os “mares longínquos”, sem que tal seja percebido como uma ação hostil pela comunidade internacional. Desta forma, ao cooperar com as outras forças navais presentes nesta operação está a

⁴ Este novo conceito foi desenvolvido no Fórum Regional da ASEAN em março de 1997 e, posteriormente, promovido por Jiang Zemin com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (*heping gongchu wuxiang yuanze*).

obter conhecimentos, nomeadamente no que se refere ao modo de operar uma flotilha nesses mesmos “mares longínquos”, o que facilitou outras futuras operações internacionais.

A participação no Golfo de Áden é um dos exemplos das novas missões da marinha chinesa de apoio à segurança internacional, ampliando-se gradualmente ao longo dos anos quer em zonas, quer em meios. Em termos de operações de assistência humanitária e apoio em caso de desastre, destaca-se o apoio na evacuação de cidadãos na Líbia em 2011, busca do avião da Malásia Airlines MH370 desaparecido no Oceano Índico em 2014 e a evacuação de 225 cidadãos estrangeiros do Iêmen em 2015. Mais recentemente, com a pandemia, o apoio médico para combate ao COVID-19 aos países da região asiática.

Apesar de com a liderança de Hu Jintao haver um maior interesse no domínio marítimo, será com líder posterior, Xi Jinping (desde 2013 à atualidade) que iremos assistir a uma maior assertividade nos interesses de interesse marítimo e no desejo transformar a China numa grande potência marítima. Este objetivo está associado ao conceito do “sonho chinês” que foi apresentado, pela primeira vez, após a conclusão do 18º Congresso Nacional do PCC, em 2012, e posteriormente reafirmado em 2017.

Para atingir esse “sonho”, Xi Jinping estabeleceu três metas principais, sendo que a primeira já foi atingida: até o Centenário do Partido em 2021, a China devia “terminar de construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos”. A segunda, ocorrerá em 2035, no qual a China deverá estar muito mais forte económica e tecnologicamente, tornando-se “líder global em inovação” e deve ter concluído a sua modernização militar. Na terceira e última, a China, até o Centenário da República Popular da China, em 2049, deverá ter “resolvido a questão de Taiwan” e ser um “país forte” com “forças de classe mundial” (US Department of Defense, 2022).

O desejo de concretizar o sonho do renascimento da nação chinesa, apoiado pela construção de umas forças armadas fortes é identificado como prioritário em documentos estratégicos chineses, nomeadamente no White Paper *China's Military Strategy* de maio de 2015 e na última edição do livro branco, intitulado *China's National Defense in the New Era* publicado em julho de 2019. No que respeita à estratégia naval, o primeiro documento identifica o espaço marítimo como uma área crítica de segurança para China, especialmente para a “segurança dos interesses no exterior relacionados com a energia e recursos, às linhas estratégicas de comunicação marítimas, bem como instituições, pessoas e ativos no exterior”. Neste sentido, defende o abandono da “mentalidade tradicional de que a terra é mais importante que o mar”, a importância da gestão dos mares e dos oceanos e a proteção dos direitos e interesses marítimos. Para essa alteração de mentalidade refere que é necessária uma mudança gradual do foco da “defesa dos mares próximos” para a combinação da “defesa dos mares próximos” com a “proteção dos mares distantes” (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015). No segundo documento, é reafirmado que “os interesses ultramarinos são uma parte crucial dos interesses nacionais da China” e que a marinha chinesa está a acelerar a transição de suas tarefas de defesa nos mares próximos para missões de proteção em mares distantes.

5. Considerações Finais

Para a atual liderança chinesa, o poder marítimo é essencial para a transformação da China, de uma epirocracia, para uma talassocracia em sintonia com o rejuvenescimento da nação chinesa como um Grande Poder (*Ta Guo*). O objetivo é tornar a China numa “potência marítima”, principalmente na região do Indo-Pacífico, com capacidade de impedir a intervenção dos EUA em Taiwan e proteger o seu comércio no Oceano Índico.

Desde a década de 90, a China tornou-se vulnerável a várias questões marítimas, incluindo reivindicações de território, águas territoriais e espaço marítimo. Para colmatar essa vulnerabilidade, Pequim tem vindo a aumentar a sua presença no domínio marítimo, direcionando mais recursos e estratégias para o desenvolvimento de suas capacidades relacionadas com o mar, incluindo com o desenvolvimento da sua marinha.

Ao longo das várias lideranças chinesas a estratégia naval chinesa tem vindo a evoluir, desde a defesa perto da costa, à defesa ativa dos mares próximos passando a olhar para os mares longínquos a partir de meados dos anos 2000, e às operações em alto-mar. Os esforços de modernização naval chineses demonstram que a marinha chinesa está a ampliar as suas capacidades de defesa, primeiro na costa para depois defender ativamente os mares próximos. O objetivo é o de conseguir que a marinha chinesa consiga ter capacidade de operações em mares longínquos, ou seja uma verdadeira *Blue navy*. Para isso, está num processo de reconstrução da sua marinha, tornando-a capaz de “proteger os interesses marítimos” (*baohu haiyang quanyi*) e de tornar a China numa potência marítima.

Referências bibliográficas

- Beijing Review (2011). *Full Text of Jiang Zemin's Report at 14th Party Congress*. [Página online] Retirado de http://www.bjreview.com.cn/document/txt/2011-03/29/content_363504.htm
- Cole, B. D. (2002). The PLA Navy and "Active Defense". Em: *The People's Liberation Army and China in Transition*. s.l.:Center for the Study of Chinese Military Affairs, 129-138.
- Fernandes, C. (2013). *China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais. As relações com os Países de Língua Portuguesa*. PHD. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Nan Li (2011). The Evolution of China's Naval Strategy and Capabilities: From "Near Coast" and "Near Seas" to "Far Seas". Em: P. C. Saunders, C. D. Yung, M. Swaine & A. N. Yang, edits. *The Chinese Navy. Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington: National Defense University Press for the Center for the Study of Chinese Military Affairs. Washington, 109-140.
- State Council Information Office of the People's Republic of China (2015). *China's Military Strategy*, Beijing: s.n.
- US Department of Defense (2022). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020*, Washington: Office of the Secretary of Defense.
- Xinhua (2006, 27 de dezembro). Chinese President calls for strengthened, modernized navy. *Xinhua*.
- Xinhua (2012). *Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress*. [Página online] Retirado de <http://en.people.cn/90785/8024777.html>
- Xinhua (2013). *President vows to press ahead with "Chinese dream*. [Página online] Retirado de http://www.xinhuanet.com/english/china/2013-03/17/c_132239786.htm
- Xinhua (2022). New Chinese fleet sent for Gulf of Aden escort mission. *Xinhua*, 15 Janeiro.
- Zhuang Pinghui (2018, 14 de abril). Has China's massive navy parade soothed a century of wounded national pride?. *South China Morning Post*.

A ambição marítima e a projeção de poder da Rússia: o peso da dimensão continental⁵

Professora Doutora Sandra Fernandes
CICP-UMinho
Tenente-coronel GNR Marco da Cruz

1. Introdução

Numa altura em que as tensões junto à fronteira da Ucrânia se encontram no seu ponto mais elevado, desde a anexação da Crimeia em 2014, fazem cada vez mais sentido as declarações de Vladimir Putin, em 2007, proferidas na conferência sobre segurança de Munique, que contesta a ordem internacional, dominada pelas potências ocidentais, e sobretudo as políticas de alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da União Europeia (UE) para os espaços pós-soviéticos (Putin, 2007). Em 2005, Putin já havia referido que a implosão da União Soviética foi a maior tragédia geopolítica do século XX, numa alusão ao papel que os russos tiveram no mundo e em particular nos espaços de influência regional, mas sobretudo tendo por referências os russos que passaram a residir fora das fronteiras legais da Federação Russa (Putin, 2005).

A nova Estratégia Nacional de Segurança da Rússia (ENSR) (RF, 2021) comporta diversas linhas estratégicas de atuação do Estado russo, em termos internos e internacionais. Este documento constitui-se como o principal documento estratégico nacional, ao qual ficam subordinados a doutrina militar e o conceito da sua política externa. Não sendo nossa ambição explorar aqui todas as linhas e ações estratégicas da nova estratégia russa, daremos destaque ao papel que o instrumento militar e as questões tecnológicas assumem no documento, fazendo a necessária ligação à sua doutrina marítima de 2015 (RMSI, 2015).

No âmbito da sua ação externa, o instrumento militar tem tido um papel destacado, reforçado nos últimos anos em razão de diversas ações militares russas na Geórgia, na Síria, na Ucrânia, em Nagorno Karabakh e, mais recentemente, no Cazaquistão. Em todos estes conflitos o instrumento militar assumiu diferentes dimensões e protagonismos, resultantes não apenas dos interesses (diferenciados) russos em cada um, mas também dos espaços geográficos.

A reentrada da Rússia no “xadrez geopolítico”, procurando ser um dos polos da nova ordem internacional multipolar, tem assim nas suas capacidades militar, nuclear e tecnológica (*ciber* e espacial) pilares centrais para a ambição de Moscovo, procurando mitigar as fragilidades russas em diferentes áreas. Recorde-se que em termos económicos, a Rússia ocupa a 11.^a posição em termos mundiais, com a economia russa a representar apenas 1,95 % da economia global (*World Barometer*, 2021a). Em termos populacionais, assume a nona posição no contexto mundial (*World Barometer*, 2021b). Merece ainda destaque a articulação que a Rússia faz dos seus diferentes instrumentos de poder: naval, terrestre, aérea e espacial; tecnológica, militar e nuclear; físico e *ciber*; cultural e informacional, entre muitas outras ligações.

De modo a enquadrar a ambição marítima da Rússia, apresentamos a seguir (1) os recursos existentes nesse domínio, (2) os principais vetores da doutrina marítima e naval de 2015 e (3) o peso relativo da dimensão marítima na perspetiva da nova ENSR.

⁵ Manuscrito rececionado em 31 de janeiro 2022.

2. Os recursos marítimos em crescimento

Além das questões sociais e políticas, a implosão da União Soviética trouxe consequências negativas para a economia e para as capacidades militares russas. A extinção do exército vermelho, considerado o maior no mundo em termos quantitativos, e do pacto de Varsóvia, uma organização militar criada em resposta à NATO e que reunia os países das antigas repúblicas soviéticas, foram dois dos indicadores das graves consequências militares que marcariam o futuro da nova Federação Russa. Em resposta à fragilidade deste período, Moscou procurou estabelecer relações de cooperação com os países e instituições ocidentais, mas também garantindo o apoio em questões internacionais, a exemplo da guerra ao terrorismo e ao combate à criminalidade organizada e à pirataria no mar. Pese embora o alargamento da NATO não ser desejável, uma relação de cooperação institucionalizada foi criada culminando na criação do Conselho NATO-Rússia em 2002. O processo de alargamento da EU era visto de forma mais benigna, até o mesmo ser também encarado como uma alteração geopolítica no continente europeu a partir da década de 2010.

Em resultado do melhor desempenho da sua economia no início da segunda década deste século, baseada nas exportações energéticas e também na versa de tecnologia militar para o exterior, assistimos a um aumento dos gastos no setor da Defesa e, conseqüentemente das capacidades militares russas. No final de 2010, a Rússia estabelece um ambicioso plano de modernização do seu armamento militar (Programa de Armamento do Estado Russo – PAER20)⁶, a ser concretizado até 2020. Nesses 10 anos, a Rússia fez mudanças significativas ao nível do equipamento e da organização militar. Esta ideia de modernização das forças militares já havia sido uma ambição russa no Planos de Armamento 2007-2015, no qual o governo estabelece um plano de modernização do seu armento, em particular da componente nuclear (Mills, 2017, p.4).

Em 2008 e depois da guerra de cinco dias na Geórgia, o governo russo anuncia um programa para a reforma militar, a implementar também até 2020, onde atribuiu prioridade ao aumento da eficiência militar, através da profissionalização dos militares⁷, e ao reforço de capacidade de resposta das suas forças de combate (*Rapid Reaction Forces*). Também neste plano a componente nuclear acolheu grande parte do esforço financeiro e de modernização que o governo russo dedicou a este plano de reforma. Além da vertente nuclear, a Marinha de Guerra russa foi identificada como prioritária, estabelecendo-se como nível de ambição para esta componente ser, em 2027, a segunda maior do mundo (Mills, 2017, p. 4). Esse objetivo de revitalização da Marinha russa foi densificado no PAER20, através da modernização das plataformas navais, da aquisição de navios de superfícies, fragatas, corvetas e seis porta aviões, e uma nova esquadra com 20 submarinos de ataque, com novos mísseis balísticos. Ao longo dos anos foram estabelecidos programas de desenvolvimentos das principais classes de submarinos russos (Figura 1). Para a componente naval foram também dedicados projetos de desenvolvimento do míssil hipersónico Tsirkon (Zircon)⁸, que procurou completar as capacidades do míssil de cruzeiro Kalibr, para uso de navios e de submarinos.

⁶ *Russian state armament programme, 2011-2020* (gosudarstvennaia programma vooruzhenii -GPV-2020), aprovado pelo Presidente Dmitrii Medvedev, a 31 de dezembro de 2010.

⁷ Dados reportados a março de 2020, indicam que a Rússia tem aproximadamente 405 mil militares contratados e cerca de 225 mil do serviço militar obrigatório (Military Balance, 2021, p. 170).

⁸ Em dezembro de 2021, foram anunciados pelo Governo russo testes com estes misseis da nova geração (invisíveis). Referindo-se a estes testes, Vladimir Putin afirmou que os mesmos são um grande evento na vida do país, representando um grande passo na defesa russa (Taylor & Soldatkin, 2021).

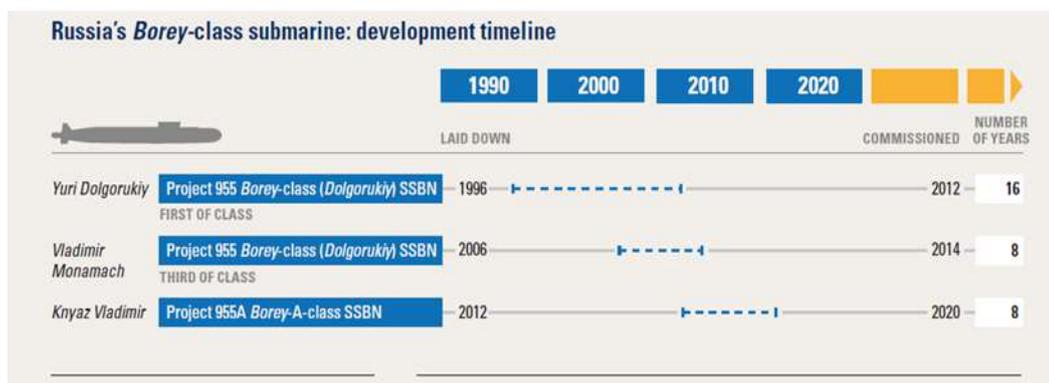


Figura 1 – Russia's Borey-class submarine: development timeline

Fonte: IISS (2021, p. 165).

O PAER20 dedicou na fase inicial 18 trilhões de rublos, quatro vezes mais do que o anterior plano de (re)armamento (2007-2015). No entanto, em resultado de inúmeros atrasos nos processos de aquisição, da falta de capacidade das indústrias de defesa em acompanharem este ambicioso plano, decorrente da implosão soviética e da corrupção no setor da Defesa na Rússia, tendo sido “desviados” dos programas parte dos recursos financeiros, vários projetos militares acabaram por se atrasar na sua execução (Mills, 2017, p.5). Além destas circunstâncias internas, as sanções económicas que foram impostas à Rússia desde 2014 contribuíram igualmente para esse atraso, sem que se saiba atualmente o seu real impacto (Dyner, 2021).

Os dados apresentados na Figura 2 traduzem os investimentos russos no âmbito da defesa e das Forças Armadas. Após o ano de 2016, existiram dificuldades de Moscovo de alocar recursos para estes setores.

Year	'National Defence'			Total military expenditure ¹			
	Roubles (trillion)	US\$ (billion)	% of GDP	Roubles (trillion)	US\$ (billion) ²	% of GDP	% change real terms ³
2020 ⁴	3.087	40.7	2.95	4.335	57.1	4.14	3.8
2019	2.998	39.2	2.72	4.211	55.0	3.83	3.3
2018	2.827	38.4	2.7	3.928	53.3	3.75	-4.6
2017	2.666 ⁵	40.2	2.9	3.704 ⁵	55.8	4.03	-8.2
2016	2.982 ⁵	47.3	3.48	3.831 ⁵	60.8	4.47	-7.5
2015	3.181	51.9	3.83	4.026	65.7	4.85	16.4
2014	2.479	43.4	3.14	3.224	56.5	4.08	7.6
2013	2.104	39.6	2.89	2.787	52.5	3.82	5.6
2012	1.812	35.9	2.66	2.505	49.7	3.68	13.4
2011	1.516	32.7	2.52	2.029	43.8	3.38	3.6

1. According to NATO definition. GDP as Rosstat's latest revision, April 2020. 2. Constant 2015 US\$. 3. Calculated using annual GDP deflator. 4. Amended 2020 budget, March 2020. Totals based on draft budget as data of full final version not published, but the allocation to 'national defence' does not appear to have been changed. 5. Excluding a one-off payment to reduce accumulated debts of defence-industry enterprises under the scheme of state guaranteed credits. If this debt payment is included the total GDP share in 2016 rises to 5.4%, and 4.2% in 2017.

Figura 2 - Russian defence expenditure as % of GDP

Fonte: IISS (2021, p. 174).

A pandemia COVID 19 também agravou este contexto de desinvestimento, pelas consequências económicas (elevado nível de inflação) que trouxe para a Rússia e para os principais parceiros de venda de armamento.

3. As linhas-mestre da doutrina marítima de 2015.

A doutrina russa para o mar está consagrada num documento estratégico de 2015 onde está vertida uma grande ambição nesse domínio (Russia Maritime Studies Institute, 2015). No entanto, esta última tem contornos diferentes em função da região e a marinha militar é tida como prioridade. As prioridades são apresentadas num prisma regional onde se destaca a securitização do Atlântico e maior projeção para alguns palcos tais como o Mar Negro e a Síria, em consonância com o crescimento dos recursos apresentados acima. Assim, numa primeira leitura, a doutrina oficial e o crescimento das forças navais russas (Military Balance, 2021) apontam para ambições elevadas numa escala global:

The Russian Federation, guided by the Maritime Doctrine, intends to resolutely, consistently and firmly strengthen its positions in the World Ocean. The implementation of the provisions of the Maritime Doctrine will contribute to the sustainable development of the country, ensure effective implementation and reliable protection of the national interests of the Russian Federation in the World Ocean, and increase and maintain its international reputation and strengthen its status as a great maritime power.

As áreas funcionais da política marítima são as atividades de transporte, o desenvolvimento e a conservação dos recursos oceânicos globais, a investigação científica e outros domínios de atividade naval e marítima (ponto 18). De modo a ilustrar as diferenças na tipologia regional apresentada na doutrina russa, apresentamos de seguida excertos do documento, demonstrando assim as áreas marítimas mais politizadas e os principais interesses russas em cada uma delas.

Para a prioridade atlântica, lê-se:

The decisive factor in relations with NATO remains the tactics of the Alliance to advance its military infrastructure to Russia's borders and the attempt to globalize the efforts, which is unacceptable to the Russian Federation. (ponto 52)

Esta afirmação faz eco à atual crise diplomática entre a Rússia e o ocidente na qual a possível invasão da Ucrânia é o desafio central face às pretensões da Rússia de obter um novo acordo de segurança europeu em que a NATO não só não se alargaria mais como retiraria presença militar nos seus Estados membros próximos da Rússia.

Para a prioridade ártica, lê-se a importância de acesso para a navegação:

The National Maritime Policy in the Arctic regional area is determined by the priority to ensure the free access of the Russian fleet to the Atlantic and the Pacific oceans, by the abundance of natural resources in the exclusive economic zone and the continental shelf of the Russian Federation, by the growing importance of the Northern Sea Route for sustainable development and security of the Russian Federation, and the decisive role of the Northern Fleet in the defense of the country from the sea and ocean. (ponto 59)

Para o Pacífico, lê-se o potencial que constitui para o país:

The significance of the Pacific Ocean regional priority area for the Russian Federation is enormous and continues to grow. The Russian Far East has colossal resources, especially in the exclusive economic zone and on the continental shelf. At the same time, it is sparsely populated and relatively isolated from the industrially developed regions of the Russian Federation. The rapid development of the states in the Asia-Pacific region worsen these conditions, which has a very significant impact on the economic, demographic, military, and other processes in the region. (ponto 62)

Para o Cáspio, lê-se a centralidade da exploração de recursos:

The Caspian region is rich with mineral and biological resources of unique quality and quantity, which requires a comprehensive approach to their development. (ponto 66)

Para a região da Índia, lê-se o destaque para as relações bilaterais:

Development of friendly relations with India is the most important goal of the National Maritime Policy in the Indian Ocean region. The National Maritime Policy is also aimed at strengthening positive interaction with other states of the region. (ponto 68)

Para a Antártida, lê-se o potencial em termos de recursos e o interesse científico:

Antarctica has a massive resource potential. The Russian Federation is objectively interested in maintaining peace and stability in the region and preserving the conditions for conducting extensive scientific research.

4. A nova Estratégia Nacional de Segurança da Rússia

Em termos geopolíticos, a ENSR 2021 procura refletir o “novo mundo”, em que o poder das potências ocidentais é profundamente contestando e em que o sistema internacional é composto por diversos polos de poder (multipolar), estando um deles na Rússia. Para além do seu legado histórico e cultural e do lugar que ocupa no Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto membro permanente, o papel da Rússia é destacado na estratégia pela sua capacidade militar. Fruto destas capacidades militares e do seu “peso” internacional, a ENSR atribui à Rússia o estatuto de potência global, procurando equipara-se aos Estados Unidos e à China numa visão policêntrica da distribuição de poder mundial.

Além de procurar reforçar-se em termos internos, esta visão global reflete a ambição do Kremlin de procurar ser liderante em diversos domínios, em particular nas questões tecnológicas associadas às indústrias de defesa. Esta aspeto é central na nova estratégia, decorrente das implicações que tem para a modernização das capacidades convencionais e nucleares das suas Forças Armadas, mas também da venda de armamento em termos internacionais. A Rússia é o segundo maior exportador de armamento ao nível global, ranking liderado pelos EUA (Wezeman, Kuimova & Wezeman, 2021).

Em termos geográficos, pese embora se procure transportar a presença russa a nível global, recuperando-se inclusivamente as narrativas da influência soviética em todas as regiões mundiais, a estratégia russa atribui grande prioridade ao seu espaço regional, ou seja, ao seu estrangeiro próximo (*near abroad*). Grande parte das ameaças identificadas na ENSR, que podem afetar a segurança e a soberania da Rússia, têm origem neste espaço mais próximo, razão pela qual a Rússia procura projetar as suas atividades nesta mesma zona. Apesar de assistirmos ao aumento da influência russa noutros espaços geográficos, a exemplo do continente africano, no qual recorre inclusivamente a empresas militares de segurança privada (Wagner), é no seu estrangeiro próximo que Moscovo usa as suas principais capacidades militares (marítimas, áreas e terrestres).

Esta prioridade de manter a sua esfera de influência nos seus espaços vitais próximos atribui à Rússia o estatuto de potência primariamente regional, profundamente consciente das suas fragilidades de projetar poder à escala global, em razão da fragilidade da sua economia, que está muito dependente do mercado energético internacional. Os interesses e políticas de outras potências, sobretudo das ocidentais, nestes espaços são entendidas pela Rússia como agressivas e que põem em causa a sua segurança. Em razão da importância dos interesses russos, grande parte do esforço e dos

instrumentos militares russos está dedicado a estas regiões, com diferentes posturas e modelo de forças. Assim, enquanto na sua vizinhança ocidental a Rússia procura estancar o avanço da NATO e da UE para estes espaços, usando e ameaçando usar as suas capacidades convencionais, a sul (Cáucaso) os militares russos são projetados muitas vezes sob a forma de missões de paz, que procuram mediar e pôr termo aos conflitos entre as partes beligerantes. Importa referir que, nas duas áreas, as ações das forças militares russas são complementadas por forças irregulares, que complementam a aplicação de guerra híbrida.

Decorrente da continentalidade geopolítica e geoestratégia da Rússia (Dugin, 2000) (Dugin, 2015), as capacidades militares, incluindo as navais, têm como prioridades garantir a defesa dos interesses da Rússia nessas regiões. Ao contrário dos EUA e da China, que procuram garantir a segurança das linhas de navegação (*sea line of communications*), no sentido de importarem e exportarem os seus produtos, decorrente do seu modelo económico, centrado em grande parte na energia que fornece aos estados da região euroasiática, através de pipelines, o poder militar russo é, na sua essência, continental (Eurásia).

Para além deste emprego, o poder militar russo tem estado presente em zonas intermédias, para garantir um dos objetivos principais da ENSR, e confrontar o poder das potências ocidentais nestas regiões. Merece destaque neste âmbito o caso da Síria, tendo o Kremlin apoiado o governo de Bashar al-Assad, em termos políticos e militarmente. Foi inclusivamente neste teatro de operações que Moscovo testou uma parte do seu armamento, incluindo nos diferentes programas de desenvolvimento que identificamos anteriormente.

A maior influência da Rússia na Síria expandiu igualmente o seu poder em toda a região, sobretudo no Mediterrâneo. A manutenção do governo de Damasco salvaguarda a integridade da sua base naval de Tartus (sudoeste da Síria) e aérea em Hmeimim (na província de Latakia, noroeste da síria), ambas junto ao Mediterrâneo oriental. Em 2019, o governo russo assegurou a extensão, por mais 49 anos, do contrato de permanência desta base naval (RFE/RL, 2019), tendo aumentado a sua capacidade ao nível das infraestruturas para comportar mais e maiores capacidades militares, incluindo de navios nucleares (Dettmer, 2021).

O alargamento da influência russa nestes espaços geográficos reforça a sua ambição de se constituir como uma potência global, sem o ser efetivamente. A sua presença nestes espaços traduz a menor prioridade que foi dada pelos EUA a estas regiões, decorrente da sua reorientação estratégica para a região do Indo-Pacífico. Moscovo avaliou essa oportunidade para “preencher” o vazio de poder. Esse “consentimento” norte americano decorre da consciência da importância que a Rússia tem na estratégia de contenção chinesa, sendo, apesar das diversas tensões na zona da Europa oriental, um ator extramente relevante. Esta valorização que os EUA e a China (potência com a qual Moscovo mantém relações política, económica e militares) atribuem à Rússia, garante-lhe a possibilidade de atuar com um estatuto de pivot geopolítico, dando assim a oportunidade ao Kremlin de jogar em vários tabuleiros, ou seja, obtendo benefícios dos dois lados: do chinês, apoios políticos e económicos; do lado ocidental, formas de consentimento para aumentar a influência no seu espaço vital (estrangeiro próximo).

5. Conclusão

A análise da doutrina marítima da Rússia e da evolução dos seus recursos navais apresenta elementos de contraste. Por um lado, Moscovo estabelece uma grande ambição nesse domínio e tem vindo a aumentar as suas capacidades. Por outro lado, essa ambição materializa-se essencialmente na sua vizinhança próxima e enquadra-se na geopolítica de uma potência continental. A ambição estratégica do Kremlin é inegável e observável na militarização, na postura defensiva e no pivot geográfico entre Washington e Pequim. No entanto, a dimensão marítima é, paradoxalmente, muito continental porque a Rússia está centrada nessa dimensão por motivos históricos, pela sua geografia e pela sua nova estratégia de segurança que menciona de forma parca e generalista a vontade de desenvolver os interesses russos no “Oceano Mundial” e a sua condição de estado fronteiriço de zonas marítimas. Na atualidade, embora em curso de evolução, a marinha russa apresenta-se assim como uma força costeira, muito centrada nos mares e oceanos da sua região (Parnemo, 2019).

Referências Bibliográficas

- Dettmer, J. (2021). Russia Expands Military Facilities in Syria. Retirado de https://www.voanews.com/a/middle-east_russia-expands-military-facilities-syria/6205742.html
- Dyner, A. (2021). Assessment of the Russian Armed Forces' State Armament Programme in 2011–2020. The Polish Institute of International Affairs. Report. [Página online] Retirado de <https://www.pism.pl/publikacje/assessment-of-the-russian-armed-forces-state-armament-programme-in-2011-2020>
- Dugin, A. (2000). *Foundations of Geopolitics*. Moscow: Arctogaia.
- Dugin, A. (2015). Last war of the World-Island. *The Geopolitics of Contemporary Russia*. London: Arktos.
- Mills, C. (2017). Russia's rearmament programme. House of Commons. Briefing paper, 7877. [Página online] Retirado de <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-7877/CBP-7877.pdf>
- Parnemo, L. K. (2019). Russia's Naval Development — Grand Ambitions and Tactical Pragmatism. *The Journal of Slavic Military Studies*, 32(1), 41-69.
- Putin, V. (2005). *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*. [Página online] Retirado de <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>
- Putin (2007). *Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy*. [Página online] Retirado de <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>
- Radio Free Europe/ Radio Liberty (RFE/RL) (2019, 21 de abril). *Moscow Close To Finalizing Deal To Lease Syria's Tartus Port For 49 Years*. [Página online] Retirado de <https://www.rferl.org/a/moscow-damascus-near-deal-on-lease-syrian-port-tartus/29894114.html>
- Russian Federation (RF) (2015). *The Russian Federation's National Security Strategy*. [Página online] Retirado de <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>
- Russia Federation (RF) (2021). *Strategy of National of the Russian Federation*. [Página online] Retirado de

https://www.academia.edu/49526773/National_Security_Strategy_of_the_Russian_Federation_2021

- Russia Maritime Studies Institute (RMSI) (2015). *Maritime Doctrine of the Russian Federation*. [Página *online*] Retirado de https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=rmsi_research
- Taylor, A. & Soldatkin, V. (2021, 31 de dezembro). Russia test-fires new hypersonic Zircon missiles from frigate, submarine. *Euractiv*. [Página *online*] Retirado de <https://www.euractiv.com/section/all/news/russia-test-fires-new-hypersonic-zircon-missiles-from-frigate-submarine/>
- The International Institute for Strategic Studies (IISS) (2021). *The military balance 2021*. London: Taylor & Francis Ltd.
- Wezeman, P., Kuimova, A. & Wezeman, S. (2021). *Trends in International Arms Transfers, 2020*. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). [Página *online*] Retirado de https://sipri.org/sites/default/files/2021-03/fs_2103_at_2020_v2.pdf
- World Barometer (2021a, 29 de julho). *GDP by Country*. [Página *online*] Retirado de <https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/>
- World Barometer (2021b, 29 de julho). *Current World Population*. [Página *online*] Retirado de <https://www.worldometers.info/world-population/>

POSFÁCIO DE COORDENADOR E DE AUTORES⁹

Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro é Capitão-tenente da Marinha Portuguesa. É licenciada em Ciências Militares-Navais pela Escola Naval. Possui o Curso de Promoção a Oficial Superior e o Curso de Estado Maior Conjunto, bem como Cursos de especialização em Comunicações, Técnicas da Formação, Avaliação da Formação, *Global Maritime Distress Safety System*, Gestão de Recursos Humanos, Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna, *Gender Focal Point* e *Improving Operational Effectiveness by Integrating Gender Perspective*. No mar, foi Oficial Imediato no navio hidrográfico NRP “ALM Gago Coutinho”; adjunta do chefe de Serviço de Navegação da fragata NRP “Bartolomeu Dias”; e chefe do Serviço de Navegação e Comunicações do NRP “João Coutinho”. Em terra, desempenhou funções na Direção de Formação da Marinha, como responsável pela formação externa (pós-graduada e estrangeiro), chefe do Serviço de Comunicações do Estado-Maior-General das Forças Armadas, chefe do Gabinete de Formação de Navegação, e formadora no Departamento de Operações da Escola de Tecnologias Navais. Tem cerca de 7500 horas de navegação efetuadas a bordo de navios nacionais, e cerca de 5000 horas de formação por si ministrada. Atualmente, é docente no Instituto Universitário Militar e Ponto Focal para o Género.

>>>><<<<<

Abhijit Singh, ex-oficial da Marinha, é membro da *Observer Research Foundation* (ORF), com sede em Nova Déli, onde lidera a Iniciativa de Política Marítima. Profissional marítimo e especialista com experiência de comando em navios de guerra indianos, contribuiu para a redação da estratégia marítima da Índia de 2007. Comentarista em assuntos marítimos, tem escrito extensivamente sobre questões de segurança e governança nos litorais do Oceano Índico e do Pacífico, nomeadamente relativamente ao crescimento do alcance marítimo da Índia, à segurança das linhas marítimas de comunicação na região do Indo-Pacífico, às questões de governança do Oceano Índico e às infraestruturas marítimas nos litorais asiáticos. Os seus artigos e comentários foram publicados, entre outros, no *Asian Bureau for Asian Research*, *Lowy Interpreter*, *War on the Rocks*, *World Politics Review*, *ASPI Strategist* e *CSIS Pacific Forum*. Foi ainda editor de dois livros sobre segurança marítima, *Indian Ocean Challenges: a Quest for Cooperative Solutions* (2013) e *Geopolitics of the Indo-Pacific* (2014). Em 2010, cooperou com o falecido vice-almirante GM Hiranandani (Retd) na redação do terceiro volume da História Naval Indiana, *Transição para Tutela*. Antes de ingressar na ORF, foi pesquisador do *Institute for Defence Studies and Analyses* e no *National Maritime Foundation* em Nova Déli.

Carla Patrício Fernandes é doutorada em Relações Internacionais, especialização em Estudos Políticos de Área pela Universidade Nova, com a tese “China Hoje - necessidades energéticas e Relações Internacionais. As Relações com os Países de Língua Portuguesa”, mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro e licenciada em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho. É auditora do curso de Defesa Nacional pelo Instituto de Defesa Nacional, Investigadora Integrada no IPRI-NOVA, e Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa desde 2005. Colabora, entre outros cursos, na pós-graduação Globalização, Diplomacia e Segurança, do IUM em parceria com a FSCH-NOVA. Tem participado em palestras e cursos no IUM, assim como em cursos no Instituto Defesa Nacional, nomeadamente no Curso de temas contemporâneos de Segurança e Defesa do Instituto de Defesa Nacional. No seu currículo conta ainda como experiência como coordenadora do projeto de investigação financiado pela FCT “A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa”, que analisou a geopolítica do gás na relação Euro-russa, com base na elaboração de cenários futuros para a relação energética euro-russa. Possui diversas publicações, tem organizado e proferido palestras e comunicações sobre as suas áreas de investigação: segurança energética, geopolítica da energia e República Popular da China.

⁹ Os autores estão ordenados de acordo com a sua intervenção no Painel.

Sandra Dias Fernandes é Professora na Universidade do Minho desde 2001, doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pela *Sciences Po* (Paris), membro do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) e Diretora do Mestrado em Relações Internacionais. Recebeu o Prémio *Jacques Delors* 2005 pela sua investigação sobre a União Europeia e a Rússia e integra a Direção da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP). Colaborou com a Embaixada de Portugal na Rússia, em Moscovo, durante as Presidências Portuguesas da UE de 2007 e 2021. Nomeada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros para o júri de acesso à carreira diplomática em 2015, foi também responsável pela criação e coordenação do Curso de Acesso à Carreira Diplomática, UminhoExec, desde 2016. Docente convidada no âmbito de pós-graduações na Universidade Livre de Bruxelas (ULB), Instituto Estatal de Moscovo Universidade de Relações Internacionais (MGIMO), Universidade de Economia de Izmir (Turquia), Universidade de Ljubljana (Eslovénia), *Jagiellonian University* (Polónia), Universidade da Lapónia (Finlândia) e Universidade de Tartu (Estónia). É investigadora convidada do *Centre for European Policy Studies* (CEPS), Bruxelas (2007-2009). Tem um acervo de publicações científicas nas suas áreas de investigação: estudos europeus, espaço pós-soviético, relação União Europeia-Rússia, análise de políticas externas, segurança internacional e multilateralismo. Realça-se, também, as entrevistas a media nacionais e estrangeiros com a partilha da opinião especializada sobre as questões de política internacional e a guerra na Ucrânia.

Marco António Ferreira da Cruz, é Tenente-coronel de Infantaria da Guarda Nacional Republicana. Licenciado em Ciências Militares, na Academia Militar, na especialidade da Guarda Nacional Republicana - Ramo Armas; mestre em Ciências Militares, especialidade de Segurança, pela Academia Militar; mestre em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; e pós-Graduado em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/ UNL). Está habilitado com diversos cursos de carreira e outros cursos militares, dos quais se salientam o Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Estudos Africanos, ambos do Instituto Universitário Militar (IUM), e o Curso de Gestão Civil de Crises, no Instituto de Defesa Nacional. É docente na Área de Estudo das Crises e dos Conflitos Armados do IUM e nas pós-graduações em Globalização, Diplomacia e Segurança (IUM, FCSH e Instituto Diplomático), em Informações Militares (IUM) e em Missões Humanitárias Catástrofes e Conflitos, da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa (ESSCVP). É investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar e do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI).

*Email: cidium@ium.pt
Telephone.: (+351) 213 002 100 | Fax: (+351) 213 002 162
Adress: Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisbon, Portugal*



*Cover
Layout
Lieutenant Colonel TINF Rui José da Silva Grilo
Background watercolour by
Lieutenant General Vitor Manuel Amaral Vieira*